

# Como sairemos deste buraco?

*economia - Brasil*

HENRY MAKSOUD

17 AGO 1983

A observação da história de nosso jovem país mostra que nestes parcos quase 94 anos de vida republicana já atravessamos inúmeras crises econômicas difíceis. Embora a gente sempre creia que a crise que se está vivendo num dado momento seja a pior de todas, parece inquestionável que a que estamos atravessando nesta fase é das mais agudas e complexas. Empobrecimento geral, inflação, desemprego, descapitalização, imensa dificuldade cambial, recessão e, principalmente, falta total de perspectiva no campo econômico são os elementos característicos da atual conjuntura. Tem-se a impressão de que se está afundando cada vez mais e a pergunta que todos colocam é: como sairemos deste buraco?

No ambiente de verdadeiro desespero, a pergunta é feita ansiando uma solução rápida para a entaladela. Não faltam imediatas respostas no meio intelectual brasileiro: uma nova ordem econômica (ninguém define objetivamente como seria essa outra ordem...); eleições diretas para Presidente da República; rechaço ao FMI; moratória quanto à dívida externa; mudar os ministros da área econômica; baixar os juros; tabelar os preços; assembléia constituinte; ampliação do poder sindical etc. O Governo por sua vez, reage com sucessivos pacotes e decretos, procurando resolver os problemas que lhe parecem mais prementes e às vezes tentando aplacar os ânimos dos críticos mais veementes.

A seqüência de emissão dessas medidas é tão rápida que mal se tem tempo de sentir os efeitos de uma quando a subsequente já está sendo divulgada. A confusão provocada pela última se mistura com a comoção que começa a ser gerada pela nova. Se já era ruim o clima de crise, torna-se muito mais difícil produzir e ter estímulo para empreender coisas novas nesse permanente estado de dúvidas e incertezas. Não são, entretanto, apenas dúvidas e incertezas normais, próprias da natureza das coisas na vida humana em sociedade. É um estado mórbido de insegurança, provocado pelas

propostas estapafúrdias dos que estão fora do Governo e pela ação espasmódica dos órgãos do Governo, ambas afetando negativamente a economia dos indivíduos e das empresas que tentam adaptar-se às circunstâncias do momento.

Não se pode dizer que os governantes queiram, deliberadamente, provocar essa situação difícil na evolução das coisas. Pelo contrário; eles acreditam que podem agir de forma positiva sobre o mercado. E mais: creem que devem intervir sempre que lhes parece estar ocorrendo qualquer anomalia na vida econômica. Essa tendência dirigista e intervencionista é mais que estimulada — é exigida — pelos intelectuais e políticos construtivistas, que pedem mais e mais ativismo governamental em todos os setores da vida nacional. Isso significa uma estatização crescente de todas as atividades humanas e um decrescente grau de liberdade pessoal.

Os que estão no Governo ou apóiam partidariamente a Situação aceitam de bom grado o crescimento da ação governamental (mesmo que doutrinarmente sejam contrários ao estatismo) porque isso pode significar maiores probabilidades eleitorais ou de manutenção das rédeas do poder. E os que, da Oposição, pedem mais intervenção do Governo na economia, fazem-no por razão ideológica; ou por simples equívoco, imaginando que o objetivo do Governo é atuar em tudo que possa interessar aos seres humanos.

Quando criticamos a intensa atividade governamental não pretendemos pregar o imobilismo no campo econômico. Assim como julgamos o intervencionismo pernicioso para o progresso e perigoso para a liberdade, também consideramos criticável a omissão do Governo naqueles assuntos que lhe são próprios. Mas é preciso não esquecer que a função primordial dos governos em relação aos cidadãos é a de salvaguardar seus direitos fundamentais referentes à vida, à liberdade e à propriedade e não a de tentar resolver todos os seus problemas eco-

nômicos.

Não existe inteligência humana, nem é possível juntar uma equipe de gênios, cientistas ou de quem quer que seja, que possa elaborar um planejamento global ou qualquer conjunto de medidas econômicas capaz de ser mais eficaz que a ação cibernética do mercado, que funciona graças à ação humana espontânea. Essa ação espontânea acontece sem que os participantes saibam exatamente o que esteja ocorrendo. O filósofo italiano Gianbattista Vico (1668—1744) parece que visualizava bem isso quando disse que “o homem se tornou tudo que é sem compreender o que se estava passando”.

Esse modo de pensar significa muitíssimo, pois equivale à descoberta de um método que permite superar as limitações dos conhecimentos individuais em relação aos crescentemente complexos fenômenos da vida em sociedade. Esse é um método fantástico que, embora não esteja pormenorizado em qualquer livro, dá ao homem poderes que estão além de sua imaginação porque, sem compreender exatamente o que se passa, ele desenvolve procedimentos de utilização de mais conhecimentos e recursos que aqueles que poderiam estar contidos em qualquer mente individual ou que pudessem ser gerados por qualquer centro de investigação e planejamento. Nesse método — que se baseia na liberdade individual e na espontaneidade da ação humana — está a resposta mais forte, mais profunda e mais objetiva à questão de como sairemos do buraco nesta hora de crise em que nos encontramos. Noutras palavras, isso significa que a solução para a crise está na busca de meios de descentralizar a ação governamental e de incentivar a ação empresarial e empreendedorial. Nada mudará se o clima político não reduzir o estatismo, não propiciar o progresso das empresas privadas nacionais e não estimular o surgimento de novos empreendedores em nossa vida econômica.

Henry Maksoud é diretor responsável e editor da revista Visão.